MUNICÍPIO DE IRANI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Município de Irani é uma pessoa jurídica de direito público, portador do CNPJ nº 82.939.455/0001-31, com sede à Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro, Irani, estado de Santa Catarina, criado pela Lei Estadual n° 916 de 11 de setembro de 1963.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do sistema de contabilidade e são compostas pelos demonstrativos:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações obedecem às seguintes normativas:

- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de dezembro de 2024, Portaria STN/SRPC nº 25, de 18 de

dezembro de 2024, Portaria STN/MF nº 2016, de 18 de dezembro de 2024;

- Lei nº 4.320/1964;
- Lei Complementar nº 101/2000;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), ditadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.1 Sistema Informatizado

A escrituração contábil do Município é feita pelo Sistema e-Pública, desenvolvido pela empresa de Pública Tecnologia Ltda.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do Município de Irani evidencia a execução do orçamento no exercício de 2025, conforme Lei Municipal n° 2189 de 10 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual), dispondo das receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

3.1– Execução Orçamentária da Receita

A previsão inicial da Receita em 2025 para o Município de Irani foi de R$ 60.674.199,59 dos quais foram arrecadados R$ 69.321.437,44, ou seja, R$ 8.647.237,85 acima do orçado.

A Receita Corrente bruta arrecadada totalizou R$ 63.460.713,61, enquanto que a Receita de Capital totalizou R$ 5.860.723,83.

A Receita de Capital originada das transferências incluiu:

ORIGEM	NÚMERO	VALOR RECEBIDO
CONVÊNIO IPHAN - REVITALIZAÇÃO CASA DA MEMÓRIA	962294	125.000,00
CONVÊNIO ESTADO - PAVIMENTAÇÃO RUA SÃO JOÃO	2024CS000229	100.000,00
CONVÊNIO ESTADO - PAVIMENTAÇÃO	2023CS000291	1.000.000,00
CONVÊNIO ESTADO - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	2024TE000798	127.698,00
CONVÊNIO ESTADO - PAVIMENTAÇÃO ÁREA INDUSTRIAL	2024CS000677	200.000,00
CONVÊNIO ESTADO - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	2025CS00800	700.000,00
CONVÊNIO ESTADO - CAMINHÕES	2025CS000846	800.000,00
CONVÊNIO ESTADO - TRATORES AGRÍCOLAS	2025TE000844	500.000,00
EMENDA INDIVIDUAL ESTADUAL - EDUCAÇÃO	2025EP003344	200.000,00
EMENDA INDIVIDUAL ESTADUAL - EDUCAÇÃO CRECHE SANTO MARCON	1383/2025	166.977,90
	2025EP000045	400.000,00
	2025EP001060	250.000,00
EMENDA INDIVIDUAL ESTADUAL - INFRAESTRUTURA	1956/2025	150.000,00
	1887/2025	300.000,00
	2940/2025	150.000,00
EMENDA INDIVIDUAL ESTADUAL - MORAR MELHOR	2025EP001884	200.000,00
TOTAL TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.369.675,90

Tabela 1 – Transferências de capital

Também integram as Receitas de Capital a Amortização de Empréstimos Habitacionais decorrentes da Lei Municipal n° 761/1993, cuja arrecadação totalizou R$ 8.231,93 no exercício.

No período houve Leilão Eletrônico nº 001/2025, Processo Administrativo 151/2025 para venda de bens inservíveis. O valor arrecadado totalizou R$ 482.816,00, incluindo bens das unidades Prefeitura, Fundo de Saúde e Fundo

de Assistência Social, transferidos contabilmente para o Município para efetivação da venda.

O valor de R$ 5.600,00 relativos a bens imóveis trata-se de sucata originada no destelhamento da unidade Centro Multiuso, provocada por ventos de alta intensidade, sem possibilidade de reaproveitamento. Houve a desincorporação do valor proporcional da conta de imobilizado, transferindo-se para a unidade Prefeitura, que efetuou o leilão. Trata-se, portanto, de parte de imóvel.

3.2 - Execução Orçamentária da Despesa

Os registros de classificação da despesa foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 11ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 117/2021.

O total da despesa empenhada na entidade foi de R$ 50.229.253,73 das quais foram liquidados R$ 45.536.793,22 e pago o montante de R$ 44.909.737,30 (considerando o retido como pago).

As despesas empenhadas, conforme o grupo de natureza da despesa estão compostas por:

PESSOAL E ENCARGOS	19.357.749,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	82.929,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.114.421,14
INVESTIMENTOS	10.501.663,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	172.490,20
TOTAL EMPENHADO	**50.229.253,73**

Tabela 2 – Despesas empenhadas por Grupo de Natureza da Despesa

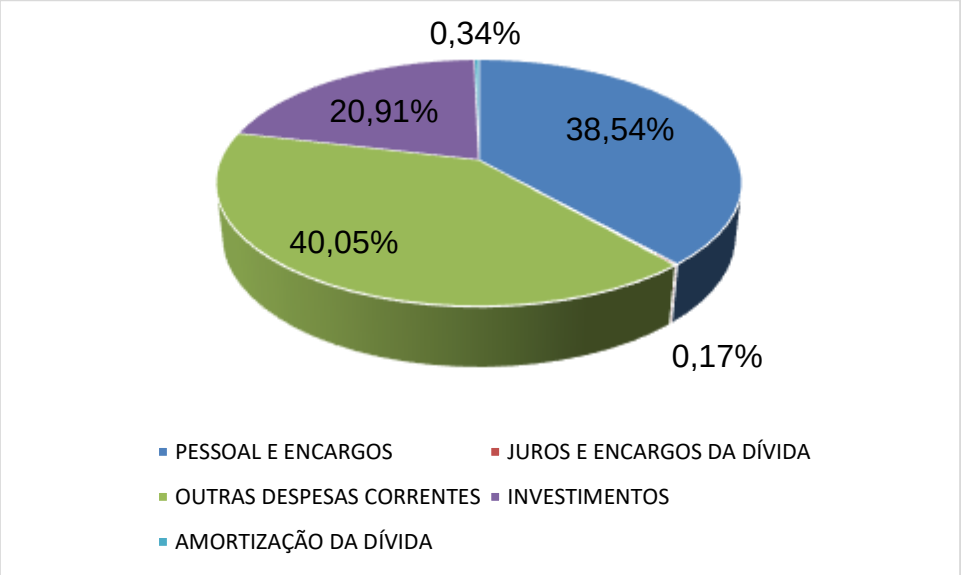

Gráfico 1 – Comparativo das despesas empenhadas no exercício

A dotação atualizada considera as alterações orçamentárias derivadas de excesso, *superávit* financeiro e anulação de dotações, utilizando-se como base a Lei de Diretrizes Orçamentárias (2185/2024), a Lei Orçamentária Anual (2189/2024) e as Leis Ordinárias 2234/2025, 2244/2025, 2246/2025.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu o limite de 30% de alterações orçamentária via decreto, não incluindo-se nesse limite os créditos orçamentários abertos com recursos de *superávit* acumulado, transferências voluntárias e emendas parlamentares recebidas.

3.3 – Resultado Orçamentário

A comparação entre a Receita arrecadada e a Despesa empenhada apresentou no exercício de 2025 um *superávit* orçamentário no valor de R$ 19.092.183,71.

3.4 – Restos a Pagar

A composição inicial dos Restos a pagar era:

NÃO PROCESSADOS	5.853.846,14
PROCESSADOS	259.468,25
TOTAL	**6.113.314,39**

Tabela 3 – Composição de Restos

No exercício de 2025 foram pagos R$ 3.343.524,60 e cancelados R$ 805.291,27, permanecendo em aberto o valor de R$ 1.964.498,52 de restos não processados:

EMPENHO	CREDOR	VALOR
110/2024	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO	898,76
574/2024	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	134.738,08
577/2024	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	51.041,66
1991/2023	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	723.082,74
2388/2024	DIMENSÃO CONSULTORIA E TREINAMENTOS	18.333,33
2785/2024	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	257.989,40
4122/2024	NEVES ENGENHARIA - PROJETOS E CONSTRUÇÕES	201.913,25
4279/2024	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	24.148,76
4564/2024	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	400.000,00
4566/2024	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	92.279,32
4891/2024	FORNECK ELETROS E ANTENAS LTDA	31.786,00
5994/2024	THOMAZ THIAGO ROMARIO TALASKA	801,38
5995/2024	THOMAZ THIAGO ROMARIO TALASKA	821,42
6366/2024	NEVES ENGENHARIA - PROJETOS E CONSTRUÇÕES	17.953,70
6452/2023	M&S CONSTRUTORA LTDA	8.710,72
TOTAL RESTOS NÃO PROCESSADOS		**1.964.498,52**

Tabela 4 – Restos não Processados em execução

Esses restos a pagar se referem a obras de pavimentação e de reformas das unidades Sebastião Rodrigues de Souza e Ginásio Municipal Modesto Tortelli não concluídas e serviços em execução.

Entre os Restos a pagar Processados, permanece em aberto o empenho 1876/2025, pelo valor de R$ 228.683,09, vinculado a recurso do FNDE para aquisição de ônibus escolar, que mesmo após a assinatura de Termo, ainda não efetuou o repasse, manifestando que estará efetuando a transferência no exercício de 2026. A contrapartida do Município na aquisição do bem foi paga ao credor.

O valor de R$ 5.484,07 referente cancelamento de restos processados, refere-se em sua quase totalidade ao INSS patronal gerado a maior no processo de integração da folha com o sistema contábil, sendo anulado após a conferência entre e-social e empenhos emitidos.

4. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro do Município de Irani evidencia os valores dos ingressos orçamentários e extraorçamentários em confrontação com os desembolsos orçamentários e extraorçamentários, classificados em recursos ordinários e vinculados, apresentando os saldos das disponibilidades financeiras iniciais e finais.

No exercício de 2025 a Receita Orçamentária totalizou R$ 69.321.437,44 enquanto que a despesa orçamentária R$ 50.229.253,73.

As Transferências Financeiras Recebidas incluem o valor do duodécimo ressarcido pela Câmara de Vereadores no final do exercício, enquanto que as Transferências Financeiras Concedidas incluem os valores repassados para os Fundos de Saúde e Assistência Social, bem como duodécimo mensal ao Poder Legislativo.

Os recebimentos extraorçamentários, que totalizaram R$ 10.219.782,42 decorrem das retenções realizadas de servidores e fornecedores, que o

Município tem obrigatoriedade de repassar a terceiros, tais como INSS, consignações e os restos a pagar inscritos.

Os pagamentos extraorçamentários referem-se à saída de recursos para repasse das retenções a quem pertencem e os pagamentos restos a pagar, totalizando R$ 8.048.405,68. Esses pagamentos não precisam submeter-se ao processo de execução orçamentária, uma vez que, no caso das retenções, o Município é mero repassador e os restos estão inclusos na execução orçamentária do exercício anterior.

O resultado financeiro apurado no exercício representa:

Saldo para o exercício seguinte	R$ 19.745.020,55
(-) Saldo do exercício anterior	R$ 15.186.212,43
Resultado Financeiro do período	**R$ 4.558.808,12**

Tabela 5 – Resultado financeiro

Esse valor não representa o *superávit* ou *déficit* financeiro do exercício - que é apurado no Balanço Patrimonial - mas sim a variação de recursos financeiros no período.

No exercício de 2025, o saldo financeiro teve um incremento principalmente pelo recebimento de emendas paramentares e convênios, que serão executados no decorrer do próximo exercício.

5. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). O Balanço Patrimonial compõe-se dos seguintes grupos:

- Ativo;
- Passivo;
- Patrimônio Líquido;
- *Superávit/Déficit* financeiro;
- Compensações.

5.1 – ATIVO

O Ativo do Município é composto pelo Ativo Circulante e Não Circulante.

O Ativo Circulante engloba os bens e direitos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, totalizando no Município o valor de R$ 22.729.066,17, sendo que R$ 19.745.020,55 representam a conta caixa e equivalentes.

As disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa) são mensuradas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de Resultado (NBC T 16.10).

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os Créditos Tributários a Receber incluem o valor do IPTU e Taxa de Limpeza Pública lançadas em 2025, atualizados conforme relatório disponibilizados pelo setor de Tributação, totalizando R$ 303.833,78, não tendo sido inscritos em Dívida Ativa até o final do exercício de 2025.

Além disso, nos Créditos Tributários a Receber está contabilizado o valor de R$ 1.436.262,16, decorrente do Processo 0000839-44.2017.8.24.0500 (ressarcimento de ICMS pelo Estado de Santa Catarina), cuja expectativa de arrecadação era 2025, porém não houve o recebimento.

Os Créditos de Transferências a Receber, no valor de R$ 228.683,09 decorre de Termo de Compromisso 202102952-4, firmado com o FNDE, para aquisição de ônibus escolar. Houve adesão a Ata de Registro de Preços 08/2023, Pregão Eletrônico 06/2023, tendo sido adquirido o bem pelo valor de R$ 469.499,00, sendo R$ 240.815,91 de contrapartida do Município.

Assim, com o recebimento do bem, o Município efetuou o pagamento do valor relativo à contrapartida diretamente ao fornecedor, porém o FNDE não concretizou o repasse para pagamento da parte vinculada ao Termo de Compromisso, alegando, após contato, que está seguindo as orientações da Lei Complementar Federal 215/2025 e que o repasse será realizado.

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo engloba Termos de Colaboração/Fomento assinados e com prestações de contas em aberto, bem como valores inscritos a receber decorrentes de dano ao patrimônio, tendo havido a baixa de valores do Processo TCE 01/02023824, conforme repassado pelo TCE SC, por extinção com fundamento na prescrição intercorrente e o recebimento integral de valores relativos ao Processo TCE 02/03067509.

Também, nesse grupo, permanecem valores no grupo Depósito Judicial vinculado ao Processo 0302094-49.2017.8.24.001, empresa Consbrita, considerando tramitação legal em andamento.

Os estoques, que incluem materiais de limpeza e material de expediente da Secretaria de Educação, totalizaram R$ 104.004,22, sendo mensurados com base no valor de aquisição e para sua baixa é utilizado o custo médio ponderado, utilizando-se para controle sistema do e-Pública.

Nas variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente, que representam as despesas liquidadas no exercício e cujos benefícios ocorrerão no futuro, estão contabilizados os seguros dos veículos e imóveis a apropriar, cuja vigência da apólice encerra-se no exercício de 2026.

O Ativo Não Circulante, contém o saldo da Dívida Ativa Tributária deduzida pela conta Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo, calculado considerando-se a média percentual de recebimentos da dívida ativa nos últimos anos, apurado por ocasião da inscrição da dívida ativa.

No término do exercício de 2025, não houve a inscrição da Dívida Ativa dos valores lançados nesse período, não sendo registrado, portanto, os lançamentos contábeis nesses grupos, que serão realizados por ocasião da inscrição, inclusive os ajustes de perdas.

Durante o exercício houve a inscrição de valores no grupo de Dívida Ativa Não Tributária a longo prazo, decorrente dos Processos TCE 16/00549230 e 18/01094990.

Quanto ao Processo TCE 16/00549230, houve a transferência da Dívida de Longo Prazo para Curto Prazo, considerando Parcelamento de Débitos nº 513/2025 pelos credores e pagamento de primeira parcela ainda no exercício de 2025.

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O mesmo é deduzido da conta redutora depreciação acumulada, que utiliza o método das cotas constantes conforme Decreto Municipal n° 57/2015.

Houve a contratação de empresa destinada ao levantamento dos bens patrimoniais de todas as unidades, estando em fase de execução contratual. As

variações patrimoniais relacionadas, serão registradas contabilmente após o término da apuração.

As obras em andamento apresentam os valores já executados de obras sem o Termo de Recebimento emitido pelo setor de Engenharia.

No exercício, com o início do projeto de interesse social “Morar melhor”, o imobilizado inclui a conta Benfeitoria em Imóveis de Terceiros, que considera investimentos efetuados em imóveis de famílias selecionadas, com a efetivação da cobrança desses valores através de termos de compromissos, após a conclusão das obras.

5.2 – Passivo e Patrimônio Líquido

O Passivo Circulante que totaliza R$ 1.745.005,53 refere-se às obrigações trabalhistas, fornecedores a pagar e valores retidos que deverão ser repassados a terceiros.

Também inclui os valores a pagar até o final do exercício subsequente dos financiamentos junto à Caixa Econômica Federal conforme Contrato n° 2623.0535.609-89/2019 para modernização da iluminação pública com tecnologia LED e financiamento de Habitação Social conforme contrato 624857-70.

Os valores a pagar desses financiamentos após o encerramento dos demonstrativos contábeis do próximo exercício, estão demonstrados no Passivo Não Circulante.

No Passivo Não Circulante também está contabilizado valor de Precatórios a pagar, decorrente de Processo nº 5001782-85.2022.8.24.0019, no valor de R$ 20.604,17.

O Patrimônio Líquido totalizou o valor de R$ 100.152.056,06 e possui como conta mais representativa os resultados acumulados.

No exercício de 2025 o resultado patrimonial, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, totalizou R$ 11.720.967,42.

5.3 *Superávit/Déficit* Financeiro

O Ativo Financeiro totalizou R$ 19.901.920,57, enquanto que o passivo financeiro R$ 7.652.731,50, gerando um *superávit* financeiro de R$ 12.249.189,07.

5.4 Compensações

Apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

Incluem-se nesse grupo os Convênios a Receber pelo Município e contrato de financiamento em execução junto à CEF.

6. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Em 2025, as variações patrimoniais aumentativas somaram R$ 78.883.355,92, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R$ 67.162.388,50, tendo-se um resultado patrimonial positivo de R$ 11.720.967,42.

As variações patrimoniais aumentativas têm sua maior representatividade nas transferências intergovernamentais recebidas, decorrentes das transferências constitucionais.

As transferências intragovernamentais incluem o valor de R$ 269.462,10 referente a devolução do duodécimo da Câmara Municipal de Vereadores e o valor de R$ 68.762,58 correspondente aos bens recebidos das demais unidades orçamentárias para leilão.

O ganho com alienação representa os valores recebidos acima do valor líquido dos bens leiloados.

As variações patrimoniais diminutivas incluem todas as despesas financeiras e não financeiras, incluindo no período perda com alienação de bens, decorrentes de valor recebido em leilão ser inferior ao valor líquido do bem.

As transferências intragovernamentais incluem os repasses para Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência social e Câmara Municipal de Vereadores.

Já as transferências intergovernamentais englobam a dedução do FUNDEB e os repasses para entidades, através da Lei 13.019/2014.

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promove alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade (MCASP, 2022).

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município de Irani apresentou ao final do exercício de 2025 os seguintes fluxos, responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

Caixa e equivalente de Caixa inicial	R$	15.186.212,43
Caixa e equivalentes de Caixa final	R$	19.745.020,55
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa	**R$**	**4.558.808,12**

Tabela 6 – Geração líquida de caixa

O fluxo das atividades de investimento considera o pagamento com a aquisição de bens de imobilizado no período (empenhos e restos). Quanto aos ingressos, esse fluxo considera apenas receitas de alienação de bens e amortização de empréstimos recebidos, sendo a receita de capital considerada no fluxo de atividades operacionais, em Transferências Recebidas.

O fluxo de atividades de financiamentos considera o pagamento do principal do financiamento relativo ao Contrato com a CEF 2623.0535.609-89.

8. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a evolução do Patrimônio Líquido da unidade dentro do exercício.

No exercício de 2025, a DMPL apresentou como única alteração o resultado patrimonial do exercício pelo valor de R$ 11.720.967,42.

9. CONCLUSÃO

As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, visando evidenciar de forma mais clara e transparente os dados contidos nas Demonstrações Contábeis apresentados, resultantes da gestão do exercício de 2025.

SUSANE DEVENS:05367497950

SUSANE DEVENS:05367497950 C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC FCDL SC v5, OU=82895970000167, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=SUSANE DEVENS:05367497950 2026.02.19 09:00:23-03'00'

Susane Devens
Contadora CRC/SC 033205O - 0

VANDERLEI CANCI:62583581953

VANDERLEI CANCI:62583581953 C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC FCDL SC v5, OU=82895970000167, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=VANDERLEI CANCI:62583581953 2026.02.19 09:00:51-03'00'

Vanderlei Canci
Prefeito
CPF 625.835.819-53